



IX CAM

9º Congreso de Archivología del Mercosur

16-18 de noviembre de 2011

ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: O Processo de Construção de Políticas Arquivísticas e Redes de Cooperação entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil

Renato Motta Rodrigues da Silva¹
renatomrja@gmail.com / renato@ta.ufrpe.br
Recife / Brasil
2011

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo analizar el proceso de construcción de políticas de archivos en las IFES y de su evolución política. Tomando como punto de partida la discusión de el Cuadro de Selección de las Universidades, patrocinado por el Archivo Nacional, en comparación con las ramificaciones de las acciones específicas y construidas por los archiveros en la Carta de Goiânia. Este documento, elaborado en la I Reunión Nacional de Los Archiveros das IFES (ENARQUIFES), celebrada en 2009 en la Universidad Federal de Goiás (UFG).

Palabras Claves: *políticas de archivos, redes de archiveros, Universidad*

1. Introdução: A Legislação Brasileira da Gestão Documental de Arquivos

O Brasil possui cerca de 55 Universidades Federais de Ensino Superior, e aproximadamente 20 Institutos Federais de Ciencia e Tecnologia espalhados por todo o território nacional e mantidos pelo Ministério da Educação. A missão destas instituições engobam o ensino, a pesquisa e a extensão enquanto atividades fim.

As Instituições Federais de Ensino Superior estão subordinadas como órgãos da administração indireta ao Ministério da Educação.

Conforme a Constituição Brasileira de 1988, “*cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem*”²

¹ Arquivista da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, titular da UFRPE na Subcomissão do SIGA/MEC e Membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE/UFRPE

A Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, definiu conceitos e definições que regulam questões fundamentais no gerenciamento de acervos arquivísticos públicos e privados, como podemos verificar em seu Artigo 1:

“Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.”

O Decreto Nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, regulamentou a Lei de Arquivo, criando o Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ instância normatizadora e reguladora do Arquivo Nacional do Brasil, criou a Câmara Técnica de Gestão de Documentos da Administração Pública Federal.

Em 2003 é promulgado o Decreto nº 4.915 que dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal.

2. Metodologia empregada

Utilizamos como metodologia de estudo a análise comparativa dos relatórios e informações contidas na página da internet do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal – SIGA, com a Carta de Resoluções do I Encontro Nacional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil e os seus desdobramentos.

3. Histórico do Processo de Construção do SIGA pelo Arquivo Nacional

Coordenado pelo Arquivo Nacional, o SIGA reúne representantes dos diversos Ministérios, que por sua vez criaram Sub-Comissões da Coordenação reunindo os representantes de cada instituição.

O Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos da Administração Pública Federal – SIGA tem por finalidade e competências:

- Garantir ao cidadão e aos órgãos e entidades da administração pública federal, de forma ágil e segura, o acesso aos documentos de arquivo e às informações neles contidas, resguardados os aspectos de sigilo e as restrições administrativas ou legais;

- Integrar e coordenar as atividades de gestão de documentos de arquivo desenvolvidas pelos órgãos setoriais e seccionais que o integram;
- Disseminar normas relativas à gestão de documentos de arquivo;
- Racionalizar a produção da documentação arquivística pública;
- Racionalizar e reduzir os custos operacionais e de armazenagem da documentação arquivística pública;
- Preservar o patrimônio documental arquivístico da administração pública federal;

Articular-se com os demais sistemas que atuam direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal

- Acompanhar e orientar, junto aos órgãos setoriais do SIGA, a aplicação das normas relacionadas à gestão de documentos de arquivos aprovadas pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República;
- Orientar a implementação, coordenação e controle das atividades e rotinas de trabalho relacionadas à gestão de documentos nos órgãos setoriais;
- Promover a disseminação de normas técnicas e informações de interesse para o aperfeiçoamento do sistema junto aos órgãos setoriais do SIGA;
- Promover e manter intercâmbio de cooperação técnica com instituições e sistemas afins, nacionais e internacionais;
- Estimular e promover a capacitação, o aperfeiçoamento, o treinamento e a reciclagem dos servidores que atuam na área de gestão de documentos de arquivo.

O Arquivo Nacional promoveu em 2006 um workshop, com integrantes de Instituições Federais de Ensino Superior surgiram reuniões técnicas, sendo essas reuniões anteriores à constituição da subcomissão do ministério integrante do SIGA.

O objetivo do evento era sensibilizar os participantes sobre a importância das atividades de gestão de documentos, discutir propostas de revisão, ampliação e atualização do Código de Classificação e Tabela de temporalidade e destinação de documentos, atividades-fim da UFPB e incluir as IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) no censo de arquivos brasileiros públicos e privados³.

A participação neste evento foi de 30 IFES e 01 IES (estadual) com 45 técnicos representantes. O workshop gerou uma Minuta de Recomendações que incluíam: 1) A reformulação da portaria da Subcomissão do SIGA; 2) Que as IFES deveriam

3 INDOLFO, Ana Celeste – A Gestão de Documentos nas Instituições Federais de Ensino Superior

consolidar suas Comissões Permanentes de Avaliação Documental (CPAD); 3) Adotar para discussões e contribuições, o Código de Classificação de Documentos relativo às atividades-fim das IFES, a partir da revisão do proposto pela UFPB e aprovado pelo Arquivo Nacional.⁴

Entre 7 a 11 de maio de 2007, ocorreu a I Reunião Técnica com as Instituições Federais de Ensino Superior, no Arquivo Nacional e que contou com a participação de 10 IFES e 01 IES (estadual) totalizando 17 técnicos, além de 15 servidores do Arquivo Nacional.

O evento consolida a política do Arquivo Nacional, no processo de construção e consolidação da Tabela de Temporalidade Fim das IFES, tendo como fonte o Código de Classificação de Documentos de Arquivo, a partir da análise das diversas subclasses da tabela da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

O documento ressalta que *“somente participaram da I Reunião Técnica, as IFES que encaminharam propostas e sugestões e que, desta forma, cumpriram com o que foi acordado durante o I Workshop.”*⁵ O evento estabeleceu um cronograma definido pelos participantes.

Foram realizadas no total seis Reuniões Técnicas promovidas e realizadas no Arquivo Nacional, sendo a última entre os dias 1 a 5 de junho de 2009, no campus da Universidade Federal da Paraíba – UFPB na cidade de João Pessoa, concluindo o trabalho de construção da Tabela de Temporalidade Fim das IFES, mantendo as 11 IFES enquanto participantes.

O documento produzido esteve a disposição na página do SIGA-MEC para contribuições durante dois meses, mas até a presente data a Tabela de Temporalidade Fim das IFES não foi oficialmente lançada pelo Arquivo Nacional.

4. I ENARQUIFES e a Carta de Goiânia

A implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 possibilitou ao governo federal, durante o governo Lula, adotar uma série de medidas para promover o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior.⁶

4 Registro do I Workshop com as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES

5 Registro da I Reunião Técnica com as Instituições Federais de Ensino Superior

6 Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – O que é o Reuni

Não obstante que, durante este período, houve um aumento considerável de concursos públicos de servidores em praticamente todas as IFES, e que muitas das vagas ofertadas eram destinadas à Bacharéis com nível superior em Arquivologia.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, por exemplo, tem em seu quadro cerca de trinta (30) arquivistas; a Universidade Federal de Minas Gerais sete (07) arquivistas e a Universidade Federal de Pernambuco dois (02) arquivistas.

Os concursos públicos foram realizados entre 2008 a 2010 e pela primeira vez algumas instituições contariam com estes profissionais em seus quadros.

O I Encontro Nacional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior (I ENARQUIFES) ocorreu entre os dias 30 de setembro a 1 de outubro de 2009 tendo como tema central “A Atuação dos Arquivistas nas IFES: Desafios e perspectivas de cooperação” e contou com cerca de vinte e duas (22) IFES totalizando quarenta (40) participantes.

O evento estruturou-se a partir de Grupos de Trabalhos (GT), cada qual com um tema, dos quais surgiram propostas encaminhadas à reunião da plenária final para discussão e aprovação.

Uma das atividades do I ENARQUIFES foi reunir relatos sobre a situação dos arquivos e da atuação dos arquivistas nas IFES e que portanto, foram identificadas as diferenças de cada instituição, desde sistemas de arquivos até as instituições onde não existe qualquer unidade com atribuição de um arquivo.

O diagnóstico destes relatos, direcionou as linhas de atuação que a Carta de Goiania deveria ter, tanto informativa quanto propositiva, definindo claramente qual deveriam ser os pilares e necessidades para a construção da Gestão de Políticas Arquivísticas nas IFES.

A Carta de Goiania foi estruturada em duas partes. A primeira engloba a Política Nacional de Arquivos e as IFES; a função do arquivista; as experiências bem sucedidas e as recomendações voltadas ao Ministério da Educação, ao Sistema de Gestão de Arquivos, aos Dirigentes das IFES e aos Cursos de Arquivologia do Brasil.⁷

A segunda parte é voltada para a Divulgação da Profissão do Bacharel em Arquivologia, a capacitação, qualificação e carreira, a Integração entre arquivistas e outros profissionais da informação e a Estrutura para o II ENARQUIFES.⁸

As Resoluções do I Encontro Nacional de Arquivistas das IFES estão estruturadas em trinta e dois (32) pontos:

⁷ UFG, I ENARQUIFES, p. 2, Goiania, 2009, Carta de Resoluções.

⁸ Idem, 2009, p. 2

1. Incentivar a integração de profissionais da área de informação (arquivo, biblioteca e museu) e de áreas afins (informática, administração e história) promovendo encontros e discussões a respeito de temas de interesses destas áreas.
2. Divulgar para os arquivistas a reestruturação da tabela do plano de carreira (PCCTAE), visando fortalecer as associações e sindicatos.
3. Realizar encontros regionais de arquivistas das IFES, previamente aos encontros nacionais
4. Divulgar na carta as funções, atribuições e atividades dos arquivistas nas IFES
5. Promover reuniões de arquivistas e demais profissionais de arquivo de cada IFES para integrar e planejar as atividades arquivísticas institucionais.
6. Criar um fórum virtual dos arquivistas das IFES para intercâmbio de experiências.
7. Divulgar aos reitores e à ANDIFES a legislação vigente que determina a implantação da gestão documental nos órgãos públicos.
8. Propor que o SIGA-MEC oriente as IFES sobre a função dos Arquivistas.
9. Recomendar que a CPAD seja presidida por profissional com qualificação na área de arquivo.
10. Esclarecer que as atividades arquivísticas são de apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.
11. Recomendar às IFES que garantam condições ambientais adequadas de trabalho (limpeza de ambiente, ventilação, fornecimento de EPI) e adicional de insalubridade para os profissionais lotados nos órgãos de arquivos.
12. Recomendar a lotação centralizada de arquivistas nas instituições onde não houver justificativa devidamente fundamentada para a lotação descentralizada.
13. Recomendar que a definição da lotação de novos arquivistas seja feita sob consulta à unidade de arquivo da IFES nos casos das instituições que já possuem arquivos em sua estrutura administrativa.
14. Realizar estudo para elaboração de campanha de divulgação do profissional arquivista junto às IFES.
15. Constar na cara experiências de sucesso das IFES que poderão ser utilizadas como referência por outras IFES para implantação ou aprimoramento da gestão de documentos.
16. Obter apoio do Arquivo Nacional à Carta de Goiânia

17. Sugerir que o SIGA-MEC reconheça e priorize o profissional arquivista para compor as subcomissões das IFES.
18. Elaborar a revisão da estrutura do SIGA.
19. Propor que o SIGA-MEC seja dirigido por pessoa comprometida com a eficiência do sistema e que apresente um plano de gestão e relatório de atividades ao final da gestão.
20. Ampliar os canais de comunicação entre os órgãos normatizadores e profissionais de arquivo.
21. Viabilizar a criação de cursos de especialização interinstitucionais, com ênfase nas funções arquivísticas: classificação, avaliação e descrição.
22. Sensibilizar a coordenação dos cursos de Arquivologia no Brasil para oferecimento de cursos de especialização a distância, seguindo o exemplo da UFSM, com temas específicos à arquivologia.
23. Fomentar o aumento do número de arquivologia nas IFES
24. Estimular o desenvolvimento individual dos arquivistas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento das Pessoas (SRH) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
25. Estimular a pesquisa científica e a publicação de resultados, desenvolvendo o corpo teórico da área, a fim de aumentar a visibilidade do profissional arquivista.
26. Organizar cursos de capacitação direcionados à área de arquivos (arquivistas, e demais profissionais de arquivo) com carga horária compatível ao PCCTAE (120, 150, 180h).
27. Recomendar aos dirigentes das IFES que vinculem o órgão central de arquivos ao órgão máximo de gestão da informação.
28. Criar uma categoria de “Arquivos Universitários” no âmbito das IFES.
29. Convidar um membro da FASUBRA, que tenha conhecimento sobre o plano de carreira, para participar do próximo ENARQUIFES e esclarecer dúvidas dos arquivistas.
30. Recomendar que o setor de protocolo seja vinculado ao órgão central de arquivos.
31. Recomendar que as IFES elaborem políticas arquivísticas.⁹

9 UFG, I ENARQUIFES, p. 22 - 23, Goiânia, 2009, Carta de Resoluções.

Salientamos que a Carta passou por um período de diagramação, consulta pública até a sua formatação definitiva. Sua distribuição aos arquivistas das IFES, tanto no formato impresso, quanto por arquivos digitais ocorreu a partir de agosto de 2010 e se constitui em um documento efetivo para dialogar em todas as esferas públicas.

Neste interém, a rede de arquivistas das IFES possibilitou uma série de ações que foram efetivas até a presente data e que devemos pontuar sistematicamente.

A UFESA em conjunto com a UFRPE e a UFPE promoveu uma visita técnica entre as três instituições em 2009 no Estado de Pernambuco.

O arquivista da UFV realizou uma visita técnica ao arquivo central da UFMG no Estado de Minas Gerais.

Os arquivistas da UFSM, UFV, UNIRIO, UFERSA, UFPB desenvolvem ações de qualificação dos servidores que trabalham com documentação com noções de arquivística.

Em 2010 foi realizado o I Fórum Regional de Arquivistas da Região Nordeste (ARQUIFES) no Campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE que contando com cinquenta e dois (52) participantes, sendo nove (9) IFES e o Arquivo Nacional.¹⁰

No mesmo ano, ocorreu uma visita técnica dos arquivistas da UFAL com a UFPE e a UFRPE no Estado de Pernambuco.

5. Conclusões

Ao analisarmos a política arquivística promovida pelo SIGA-MEC sob a coordenação do Arquivo Nacional, percebemos que o principal foco foi o processo de construção da Tabela de Temporalidade Fim das IFES e que mesmo assim desconsiderou, conforme os relatórios das Reuniões Técnicas, o ingresso significativo de servidores com o Bacharelado em Arquivologia.

A recente mudança do Arquivo Nacional da Casa Civil para o Ministério da Justiça apesar de ter desacelerado o processo de discussão e da publicação da Tabela de Destinação Final junto às IFES, mobilizou os arquivistas para uma campanha nacional. O reflexo desta mobilização se consolidou na perspectiva de realização da I Conferência Nacional de Arquivos que deve ocorrer em meados de dezembro de 2011.

10 Fórum de Arquivistas das IFES da região Nordeste – I ARQUIFES

A proximidade do II Encontro Nacional de Arquivistas das IFES (II ENARQUIFES), que será realizado entre os dias 27 a 30 de setembro de 2011 na cidade de João Pessoa é um reflexo desta inquietude dos arquivistas frente aos seus desafios. O evento terá como tema central “A política arquivística nas IFES – das práticas à Construção de Novos Rumos”, e aponta para uma expectativa de oitenta (80) inscritos, com cerca de trinta e sete (37) IFES.

As resoluções do I Encontro Nacional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior, não somente complementam a missão do SIGA-MEC, mas definem o papel dos Arquivistas em ações pontuais que englobam as atribuições e ações deste profissional no seu ambiente de trabalho.

O documento contribuiu efetivamente para ações efetivas destes profissionais no cenário nacional, engajados em suas instituições no desenvolvimento da Arquivologia. Hoje são observados pelos demais arquivistas de outras esferas públicas e privadas, por associações nacionais, regionais, sindicatos e outros profissionais da informação e nos demais fóruns de discussão pela Internet.

6. Referências

I ARQUIFES, Forum Regional de Arquivistas das IFES <<http://arquifes.blogspot.com>> acesso em 7 de set. 2011.

II ENARQUIFES, II Encontro Nacional de Arquivistas das IFES <<http://enarquifes.blogspot.com>> acesso em 7 de set. 2011.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm> acesso em 7 de set. 2011.

BRASIL, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28> acesso em 7 de set. 2011

BRASIL, Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, <<http://www.siga.arquivonacional.gov.br>> acesso em 7 de set. 2011.

CARTA DE RESOLUÇÕES, I Encontro Nacional de Arquivistas das IFES, UFG, Goiânia, 2010.

INDOLFO, Ana Celeste, Gestão de Documentos das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES <<http://foruns.bc.unicamp.br/arte/evento25/anaceleste.ppt>> acesso em 7 de set. 2011.

RAMOS, Albenides, Metodologia da Pesquisa Científica: Como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo. Ed. Atlas, 2009.